Terceira parte – Gênero, Cultura e Capoeiragem

Capítulo 7 - Amarrando as saias: indícios sobre mulheres capoeiras na cidade da Bahia

Josivaldo Pires de Oliveira
Luiz Augusto Pinheiro Leal

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, J. P., and LEAL, L. A. P. Amarrando as saias: indícios sobre mulheres capoeiras na cidade da Bahia. In: *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 116-136. ISBN: 978-85-232-1726-6. Available from: doi: [10.7476/9788523217266.009](https://doi.org/10.7476/9788523217266.009). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/96v9g/epub/oliveira-9788523217266.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

TERCEIRA PARTE

Gênero, Cultura e Capoeiragem

Amarrando as saias: indícios sobre mulheres capoeiras na cidade da Bahia

Adão, Adão/Ôi cadê Salomé, Adão/
Ôi cadê Salomé, Adão/Salomé foi passear¹

A prática da capoeira nas primeiras décadas do século XX, na Bahia, remete à valentia e a habilidades corporais nas contendas entre indivíduos que inspiraram as crônicas urbanas e foram registradas nas páginas dos periódicos locais. Trata-se de uma prática diretamente associada ao homem por comportar elementos constitutivos da masculinidade, a exemplo do biotipo e das ações de violência física. Porém, alguns registros existem sobre a presença de mulheres neste universo, como é o caso de Salomé, personagem da memória da capoeira baiana.²

A cantiga citada acima e registrada por Waldeloir Rego, na cidade do Salvador, década de 1960, refere-se a Salomé que, segundo o Mestre Atenilo, era o nome de uma mulher famosa por

¹ REGO, W. *Capoeira angola*, 1968. p. 104.

² Este capítulo, em uma versão anterior, teve participação da Dra. Lina Maria Brandão de Aras, do Departamento de História da UFBA. Mulher valente, daquelas que não precisa de saias para serem amarradas. Este capítulo é dedicado a ela.

frequentar rodas de capoeira.³ Ao lembrar da capoeiragem das décadas de 1920 e 1930, afirmava que Salomé “cantava no samba e jogava capoeira”.⁴ O mestre era enfático ao salientar a bravura da valente mulher: “você encostava, ela passava a rasteira e te botava de pernas pro ar. Entrava no Batuque e lhe derrubava duas três, vezes. E era valente!”⁵

São poucos os registros de memória que identificam mulheres capoeiras neste período. Há uma vasta documentação que identifica mulheres portadoras de características semelhantes a Salomé, no que se refere à sua valentia; talvez muitos desses casos se referissem a mulheres capoeiras.⁶ Sendo-o ou não, o que as fontes indicam é que disputavam seus espaços sociais a golpes de navalhas, cacetadas e pontapés contra quem lhes representasse uma ameaça. Eram essas as “mulheres de pá virada” que viviam no universo masculinizado das ruas de Salvador, território dos capoeiras.

As ruas eram espaços hostis, considerados perigosos, lugar da violência, do crime. Era um espaço privilegiado dos homens, todavia, as mulheres também os ocupavam, com suas atividades produtivas, como era o caso das ganhadeiras, cuja atividade econômica de venda de seus produtos dependia quase que exclusivamente da sua circulação pelas ruas em busca dos compradores

³ O mestre Atenilo se chamava Altenísio dos Santos, nasceu em 16 de junho de 1918 em Oliveira, distrito de Santo Amaro (BA). Seus depoimentos que aqui fazemos referência se encontram em Raimundo César Alves de Almeida. *Mestre “Atenilo”: o relâmpago da capoeira regiona: (depoimentos)*. Salvador: Núcleo de Recursos Didáticos da UFBA, 1988.

⁴ Ibid., p. 50.

⁵ Ibid.

⁶ São poucas as cantigas que remetem a mulheres capoeiras. Há em algumas a presença da figura feminina, mas sem nenhuma referência à prática de valentia e/ou capoeiragem.

de suas mercadorias. Outras mulheres também circulavam pelas ruas em busca de seus afazeres, outras ainda, para o oferecimento de seus serviços, como era o caso das prostitutas.

Entretanto, não podemos deixar de lembrar que a rua é considerada um espaço eminentemente masculino e com ele são tecidas as relações que buscam a supremacia do gênero masculino sobre o feminino, em um contínuo processo de legitimidade do “poder do macho”.⁷ Segundo Eleieth Saffioth, “o sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira”.⁸ Afirma a autora que “há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens”.⁹

Dentre os espaços sociais conquistados pela mulher, estava também a rua, mas a sua presença deveria se dar de forma discreta, quase uma extensão do ambiente doméstico, sendo que, no caso da elite, as regras envolviam aspectos diferenciados daqueles das mulheres pertencentes às camadas populares. Todavia, nas primeiras décadas do século XX, as mulheres brancas de elite ampliaram sua presença na rua, causando certo desconforto pela convivência que se daria com as outras mulheres – as expostas – e com os homens, de uma forma geral.¹⁰

⁷ Sobre a “supremacia masculina” ver SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987. p. 41-60.

⁸ Ibid., p. 16.

⁹ Ibid.

¹⁰ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cultura popular na belle époque imperfeita*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

As mulheres trabalhadoras não tiveram suas ocupações, em boa parte, contempladas no Censo de 1920, motivo pelo qual não podemos deixar de chamar a atenção para a grande massa de trabalhadoras ocupadas com os serviços domésticos, as costuras e bordados, as chapeleiras, capelistas, floristas, modistas, rendeiras, além daquelas que circulavam pelas ruas vendendo os seus doces, quitutes, refrescos, etc. Muitas outras possuíam suas bancas nas feiras e mercados, como também em pontos estratégicos nas principais vias de circulação. Eram também responsáveis por atividades complementares nos açougues, na limpeza dos fatos e na venda dos miúdos.¹¹

Alberto Heráclito chama a atenção para a ocupação dos espaços das ruas pelas mulheres: “Na conquista do espaço público, as mulheres pobres tiveram um papel fundamental. Ágeis, versáteis, econômicas, políticas, as libertas foram, no contexto da cidade, os exemplares mais significativos dos que venceram o desafio da rua”.¹²

Para o período republicano, esses grupos de mulheres viram suas fileiras engrossadas pelas despossuídas, que buscaram também nas ruas suas diversas formas de sustento: “[...] a imprensa teve olhares atentos para o comportamento moral das mulheres. Protagonizando brigas por galinhas, discussões banais e bate-bocas de ruas, elas ocupavam costumeiramente as páginas dos periódicos locais”.¹³

¹¹ Sobre o pequeno comércio das ruas e outras ocupações na Primeira República em Salvador, SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: sobrevivência e tensão, Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001.

¹² FERREIRA FILHO, A. H. *Salvador das mulheres*, 1994. p. 99.

¹³ *Ibid*, p. 100.

Assim, não é de se estranhar a evidência de acontecimentos envolvendo mulheres de diversas categorias profissionais, protagonistas, nas primeiras décadas do século XX, das mais diferentes formas de violência e, conseqüentemente, merecedoras de uma rigorosa repressão policial. A ação da polícia deveria atingir as diversas categorias sociais expostas nas ruas: “O capitão subdelegado da Sé deve mandar patrulhar constantemente um beco à rua da Oração, visto as queixas que se levantam contra umas mulheres alli residentes e cuja conduta precisa reprimenda”.¹⁴

No corpo policial criado pelo decreto de 1912, estavam engajadas algumas pessoas de duvidoso caráter, acusadas pela imprensa local como responsáveis pelas desordens e motins nas ruas de Salvador. Há indícios ainda de que o novo chefe de polícia contratava para serviços de “capangagem” sujeitos apontados como valentes capoeiras.¹⁵ Este universo de valentia, desordem e prática de capoeiragem, não estava restrito ao homem; também pertencia às “mulheres valentes”, protagonistas do cenário descrito anteriormente. Essas questões foram evidenciadas também em outras regiões do Brasil, em momentos históricos distintos, principalmente nas capitais, alvo primordial do discurso civilizador.¹⁶

O *Jornal do Comércio*, periódico da cidade do Rio de Janeiro, em sua edição de 29 de janeiro de 1878, informou a seus leitores que

¹⁴ JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, 7 jan. 1913. p. 3.

¹⁵ COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola*, p. 61-63. Segundo Antônio Liberaque Cardoso Simões Pires, “os capoeiras participavam ativamente de eventos eleitorais, defendendo à mão armada as áreas de influências dos representantes políticos”. PIRES, Antônio Liberaque Cardoso Simões. *A capoeira na Bahia de Todos os Santos*, 2004. p. 82

¹⁶ Ver os seguintes trabalhos: SOARES, C. E. L. *A negregada instituição*, 1999, PIRES, A. L. C. S. *A capoeira na Bahia de Todos os Santos*, 2004, LEAL, L. A. P. *A política da capoeiragem*, 2008.

“Até o belo sexo [...] quando empenham qualquer luta mostram ser peritas em capoeiragem”.¹⁷ A notícia divulgava a prisão de algumas mulheres que brigavam nas ruas da capital federal. No calor da informação, o articulista ironizava os comentários dos policiais que efetuaram a prisão e afirmaram que as referidas mulheres “merecem o título de destemidas”.¹⁸ Semelhante artigo foi publicado pelo jornal *A Constituição*, em edição de 21 de novembro de 1876, intitulado “Que mulher capoeira!”, desta vez na cidade de Belém do Pará.¹⁹ O periódico informava da prisão de Jerônima, escrava de Caetano Antônio de Lemos, autuada por transgressão da ordem pública na prática de capoeiragem.²⁰ Outras notícias sobre mulheres capoeiras em Belém apresentavam atos de violência em que elas utilizavam navalhas, facas e cacetes.²¹ Fatos como estes também foram identificados em nossa investigação, o que representa a possibilidade da presença de mulheres no universo da capoeiragem baiana.

As notícias sobre atos de violência cometidos por mulheres são bem menos frequentes do que os cometidos pelos homens. Este fato não significa que não houvesse, mas que eles foram registrados em menor número pela documentação judiciária e

¹⁷ SOARES, C. E. L. *A negregrada instituição*, 1999. p. 303.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ LEAL, Luiz Augusto Pinheiro; PANTOJA, Letícia Souto. Das bulhas e vozerias: a presença de mulheres na capoeira, em Belém do Pará no final do século XIX. In: Alvarres, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira (Org.). *Desafios de identidade: espaço-tempo de mulher*. Belém: Cejup, 1997. p. 69.

²⁰ Lembremos que a capoeiragem só foi criminalizada no Código Penal de 1890, até então os capoeiras eram enquadrados nos artigos referentes a crimes contra a ordem pública, lesões corporais e porte de arma.

²¹ LEAL, L. A. P.; PANTOJA, L. S. *Das bulhas e vozerias: a presença de mulheres na capoeira, em Belém do Pará no final do século XIX*. 1997. p. 79-81.

pelos meios de comunicação, no período em estudo²². No transcorrer da pesquisa, identificamos fatos que revelam práticas femininas de violência que se aproximam daquelas utilizadas pelos homens, inclusive os capoeiras, por isto, as notícias são vinculadas ao universo masculino. Nas páginas dos principais jornais de Salvador, durante as três primeiras décadas republicanas, não são poucos os casos que envolvem mulheres, entre estes, aqueles em que elas são protagonistas da cena. O ato de valentia não estava restrito ao universo masculino. Era um valor atribuído a mulheres e homens, atores que constituíam o cotidiano das ruas da “civilizada” cidade da *belle époque* baiana.

Muitas dessas mulheres, que em sua vida privada eram mães de família, donas de casa, mulheres da vida, enfim, pessoas comuns, tornavam-se personagens construídas a partir das crônicas policiais jornalísticas. Alguns casos ilustram esta situação. Antônio Vianna lembra de Adelaide Presepeira, uma “desordeira” que durante as comemorações do 2 de Julho promovia arruaças, com uma navalha em punho²³. A memória de Vianna registra casos, como alguns que encontramos em 1914, que envolviam a “desordeira” Anna Angélica, a qual aparecia nas manchetes dos jornais sob o vulgo de Angélica Endiabrada, que muito lembra as ações dos capoeiras nas ruas da capital baiana.²⁴

²² Muitos casos em que o homem era vítima da mulher e que não foram registrados judicialmente têm como razão mais convincente a de assegurar a masculinidade da vítima com a não denúncia do ocorrido.

²³ VIANNA, Antônio. *Casos e coisas da Bahia*. Salvador: CEB, 1984. p. 91. Ver também a esse respeito ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *Algazarra nas ruas: as comemorações da independência na Bahia* (1889-1923). Campinas: Editora da Unicamp, 1999. Precisamente o capítulo intitulado *Festejos populares, festejos cívicos*.

²⁴ JORNAL DE NOTÍCIAS. 28 fev. 1914. p. 7, 2 mar. 1914. p. 2. Sobre as ações dos capoeiras baiano ver: OLIVEIRA, J. P. de. *No tempo dos valentes*.

Nas brigas entre vizinhos, entre marido e mulher e nos desentendimentos nas ruas, que tinham as mulheres como protagonistas, era muito comum o personagem do cotidiano da casa ser automaticamente substituído pelo personagem do espaço público: a valente da rua. Quando alguma mulher se destacava na luta corporal durante estes conflitos, a “valentona” tomava o lugar da mulher comum. Em caso de extrema valentia, por exemplo, quando uma mulher chegava a enfrentar uma ou mais pessoas na luta corporal, o adjetivo endiabrada era o que comumente lhe atribuíam. No caso da já referida Angélica Endiabrada, sabe-se que chegou a enfrentar o guarda civil número 27 e “resistindo à prisão, Anna [Angélica] ainda chegou a bater no guarda n. 15, fazendo pequena escoriação nos lábios”.²⁵ Algumas notícias informavam sobre mulheres desordeiras, apontando as várias formas de transgressão da ordem. Entre elas estavam as desavenças ocorridas nas ruas, onde elas proferiam termos “indecorosos”, agredindo a moral pública.

Outras notícias anunciavam mulheres como arruaceiras por estarem promovendo “desatinos” no espaço público: a quebra de garrafas, por estado de embriaguez, a destruição de estabelecimentos públicos e privados, assim como o porte de navalhas, ameaçando a vida dos cidadãos e desacatando as autoridades. Dois exemplos são o de Maria Isabel e Zeferina de tal. A primeira foi presa em 1914 “por estar promovendo desordem com uma navalha em punho” e a segunda, presa em 1917, por brigar com sua companheira Idalina Maria do Sacramento: “encontraram-se as desafectas e foram ao duello a murro e pontapé”.²⁶

²⁵ JORNAL DE NOTÍCIAS, Salvador, 28 fev. 1914. p. 7

²⁶ GAZETA DO POVO. 2 dez. 1914. p. 2, JORNAL DE NOTÍCIAS. 9 ago. 1917. p. 2. O pontapé é um elemento indiciário da capoeiragem mas não o bastante para

O *Jornal de Notícias* de 10 de fevereiro de 1914 informou a seus leitores:

CONFLITO E NAVALHADAS

Hontem, às 7 horas da noite, na Ladeira da Praça, Estevam Durvalino dos Santos e Regina Gomes e Carvalho travaram-se razões e entraram em luta. Regina, munida de uma navalha, cortou seu adversário, que a rrepeliu a murros.

O guarda-civil, que estava de serviço na Independência, sendo avisado, dirigiu-se ao local prendenduo-os.²⁷

O fato envolveu um homem e uma mulher que entraram em luta corporal. O uso da navalha foi de domínio da mulher, que “cortou” o seu desafeto. A violência perpetrada revela-nos o universo das ruas da cidade, especialmente na área do centro tradicional de Salvador, entendida por nós como a cartografia da capoeiragem; neste período, a violência ocorreu em área considerada marginal e incivilizada. A motivação para o uso da força se apresenta de caráter variado, podendo figurar como pivô nas disputas amorosas entre os capoeiras.

MULHER ARRELIENTA

A doceira Rosa de Oliveira apaixonou-se pelo engraxate Vitorino Pereira dos Santos, que tem caixa em frente ao elevador, na praça Rio Branco. Há tempos Rosa, que é ciumenta, azedosse com o engraxate e prometeu esbordoá-lo. Ante-hontem a doceira encontrou o antigo apaixonado e em plena praça Rio Branco, deu-lhe de chinello.

inferirmos ser Idalina do Sacramento uma mulher capoeira. Entretanto, não se pode negar traços da prática da capoeiragem na valente mulher.

²⁷ JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, 10 fev. 1914. p. 2.

O Sr. 3º Delegado Auxiliar que passava no momento effectuou a prisão a mulhersinha, entregando-a aos guardas-civis 295 e 135 que a conduziram para o posto policial da Sé.²⁸

A notícia, ao revelar as atividades dos envolvidos no conflito, identifica as suas atividades profissionais, afastando a possibilidade de qualificá-los como vadios na sociedade soteropolitana. As formas de agressão efetivadas pela doceira Rosa de Oliveira foram chineladas no engraxate Vitorino Pereira dos Santos. Tal ação demandou a prisão da agressora, mas a motivação – o amor aparentemente não correspondido –, fora demonstrado na via pública, em pleno centro da cidade, à luz do dia.

As mulheres também podiam atuar em grupo, assim como as maltas dos capoeiras cariocas. Foi o que aconteceu com Almerinda, Menininha e Chica que, unidas, agrediram um cidadão.

QUE TRINDADE

Almerinda, Menininha e Chica, três mulheres de pá vira-da, que habitam a Baixa dos Sapateiros, bateram, hontem, pela manhã com os costados no xadrez do posto policial da Lapinha, a ordem do respectivo subdelegado em virtude de terem passado uma tremenda descompostura na família de um cidadão ali.

Este procurou a autoridade policial e narrou os abusos das atrevidas raparigas, pelo que foram ellas parar ao xilindró.²⁹

A notícia revela que o dito cidadão recorreu às autoridades para queixar-se e buscar uma punição. Registre-se o fato de que

²⁸ JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, 23 ago. 1917. p. 2.

²⁹ JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, 24 abr. 1920. p. 2.

as mulheres foram identificadas nominalmente pelo jornal, a partir dos seus apelidos, enquanto o chamado “cidadão” teve o nome silenciado, denotando uma preocupação em não revelar o indivíduo e sua condição social, fato que seria considerado para a sociedade da época como uma afronta moral ao ser masculino. As mulheres foram recolhidas à cadeia pública como forma de punição pelos atos praticados.

As colunas dos jornais que noticiavam atos de desordem e policiamento das ruas publicavam manchetes em destaque, quando se tratava de casos com grande repercussão, a exemplo da manchete “Mulher Valente”. Este é o título que noticia um conflito em que uma mulher, ao se desentender com outra, criou uma situação e entrou em luta corporal contra nove soldados de polícia e a sua rival.

O referido caso, registrado pelo *Jornal de Notícias* de 10 de fevereiro de 1914, teve como protagonista Antônio de tal, apelidada Cattú. A mulher era moradora da rua do Polytheama e, segundo o jornal, estava frequentemente envolvida com algum tipo de conflito. Na tarde do dia 9, desentendia-se com outra. Quando esta conseguiu socorro de um guarda civil, morador da localidade, não adiantou muito, pois este seria apenas mais um candidato à vítima da valente Cattú. A notícia a seguir trata desse acontecimento, que marcou época em função das proporções tomadas na imprensa:

SARILHO NO POLYTHEMA

Mulher Perigosa

Antônia de tal muito conhecida por Cattú, residente na rua do Polytheama, é uma mulher de cabellinho na venta.

Já por diversas vezes tem sido chamada à polícia e não comparece.

Hontem, as 3h. de tarde, “azedou-se” e desandou forte descompostura em uma outra.

O civil n. 119, que reside nas imediações, fez ver o seu procedimento incorrecto, sendo aggreddido. Cattú, avançando para o guarda, arrancou-lhe os botões da túnica, rompe-lhe a camisa, que ficou em tiras. Travou-se forte lucta.

O guarda pediu socorro, comparecendo os de ns.64, 4, 14, 203, um músico do regimento policial, 2 praças e 1 sargento, e a perigosa mulher luctou com todos, sendo a muito custo conduzida à secretaria.

Na lucta, alguns guardas sahiram feridos, inclusive o 119, que tomou uma dentada na mão e desmentiu um dedo.³⁰

O tom da notícia indica certa ironia em torno da agressora, ao qualificá-la como portadora de “cabellinho na venta”, referindo-se às características emocionais da agressora, mulher reincidente na prática da agressão. O fato tomou grandes proporções, pois Cattú, em mais um momento de agressividade, atacou diversos guardas, sendo, por fim, dominada a “muito custo” e levada à Secretaria de Segurança Pública. Chama a atenção o fato de ter enfrentado, em um mesmo conflito, uma dezena de pessoas, segundo o cálculo do articulista do *Jornal de Notícias*. Ao enfrentar um grande número de pessoas em luta corporal, ela quebrou com a norma de comportamento imposto à mulher, permeado por uma cultura de passividade feminina, na qual brigar com muitas pessoas era um comportamento reservado ao homem, atributo de extrema masculinidade. Inclusive em situação de combates corporais como o que envolveu Cattú, o protagonista era, geralmente, o famoso capadócio, arruaceiro, conhecido pelas

³⁰ JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, 10 fev. 1914. p. 2.

suas habilidades de capoeiragem, o que era comum nas ruas de Salvador no período estudado.

Assim como Cattú, houve outras mulheres que romperam com a normatização do espaço masculinizado e que nos enfrentamentos do cotidiano da rua viviam e sobreviviam no universo codificado pela cultura masculina, a exemplo das zonas de prostituição, onde ganharam notoriedade como “mulheres vagabundas”, “cuja conduta precisa reprimenda”.³¹

O jurista Oscar de Macedo Soares acreditava que esses delitos poderiam ser evitados se combatido de forma eficiente o elemento causador dessas transgressões: a vagabundagem. Eram elas consideradas vagabundas, um caso de polícia, concepção que refletia a compreensão que tinha a sociedade da época sobre as mulheres pobres que viviam do labor das ruas; eram consideradas produto de uma degradação social e disputavam com os próprios capoeiras seu espaço de poder.

A seguir, passamos a relatar o conflito que envolveu o famoso capoeira Pedro Porreta e a prostituta Chicão. Ele era um famoso capoeira frequentador das zonas de prostituição, mas também da Casa de Detenção. Quem já havia testemunhado suas ações de valentia não iria imaginar o seguinte desabafo do valente capoeira: “Não seja ‘obreira’. O dr. Tancredo vai dar uma lição em você. Bater em homem não é da atribuição de mulher de sua marca.”³²

³¹ Na documentação da Secretaria de Segurança Pública, depositada na Seção Republicana do APEB, encontramos um maço de Portarias do Departamento de Polícia Preventiva referente aos anos de 1927 a 1931. Nele, identificamos um número considerável de prisões por crimes comumente associados a mulheres pobres. A documentação aponta as zonas de prostituição como locais de presença de muitos capoeiras que atuavam como cafetões.

³² O ESTADO da Bahia, 29 ago. 1935. In: ABREU, Frederico José de. *Bimba é bamba: a capoeira no ringue*. Salvador: Instituto Jair Moura, 1999. p. 15.

O caso é que Pedro Porreta, famoso por afugentar patrulhas inteiras de policiais e exercer autoridade na zona em que morava por sua valentia e bravura, encontrou-se com alguém de “porte alto, com grande desenvolvimento physico, e do mesmo quilate do Pedro. Não é costumada levar desafôros para casa”.³³ A protagonista do caso se chamava Francisca Albino dos Santos, vulgo “Chicão”. O conflito surgiu quando Pedro Porreta entrou na casa de Chicão para apanhar os pertences de sua inquilina Maria do Socorro que se encontrava em “trajes menores”, ao que aquela não gostou, pois não tinha relações íntimas com o referido cidadão, dando-lhe então uma pancada que feriu a cabeça do destemido capoeira.

O fato ocorreu à rua 28 de setembro, “onde estava localizado o meretrício, e sede constante de desordens, como informou a citada notícia do jornal. Os dois foram recolhidos à Casa de Detenção, onde Chicão era um nome bastante conhecido, bem como nas zonas de prostituição. O caso que acabamos de narrar nos oferece evidências que apontam ser Chicão uma prostituta e, pelo que se pode inferir, dirigia casas de prostituição. Nosso argumento a respeito é reforçado por um fato ocorrido em 23 de abril de 1930, quando ela foi recolhida à Casa de Detenção por espancar uma de suas companheiras de casa:

O Senhor administrador da Casa de Detenção:

Recolha a esse presídio a minha ordem e disposição a decahida Francisca Albino, (vulgo Chicão) por motivo da mesma haver espancado a uma sua companheira de casa, a rua Carlos Gomes, 24, neste districto.³⁴

³³ Idem.

³⁴ Portarias de Recolhimento e Soltura, Departamento de Polícia Preventiva, Penitenciária, Secretaria de Segurança Pública. Seção Republicana, cx. 43, maço 3. APEB.

Neste documento, há duas evidências que reforçam o argumento. A primeira a chamar a atenção é que Chicão foi indiciada por ter espancado uma pessoa identificada como sendo “sua companheira de casa”. Poderia ser esta uma das mulheres que trabalhava em casas de prostituição.³⁵ Casa, neste documento, pode ser entendida não simplesmente como local familiar, residência, moradia, mas sim como estabelecimento profissional, ou seja, “casa de prostituição”. Uma segunda questão é a alcunha “decahida”. Este era mais um dos adjetivos utilizados no discurso moral da época para identificar prostitutas que viviam do trabalho da rua, e, porque não dizer, da zona. Seria um dos vários sinônimos de vagabunda, como se observa na portaria de Soltura de Maria Severianna, em 20 de março de 1927: “O Senhor administrador da Casa de Correção, ao ver esta, ponha em liberdade a vagabunda Maria Severianna (“vulgo Catutum [...] ahi presa a minha ordem e disposição”).³⁶

O vulgo Catutum serve como indicativo da notoriedade de Maria no meio policial. O documento não indica de forma mais direta qual a razão da prisão. Poderia ter sido por vagabundagem, como já vimos em alguns exemplos, mas também poderia ter sido resultado de uma dessas operações de “limpezas das ruas”, onde a polícia fazia recolhimento das pessoas suspeitas para prevenir os pequenos delitos nas ruas da cidade. Estas eram recolhi-

³⁵ Alguns capoeiras, a exemplo de Pedro Mineiro e Pedro Porreta, são identificados pela documentação como *cafetões* nas zonas de prostituição. Em Belém do Pará, muitas das mulheres capoeiras eram identificadas como vagabundas e prostitutas, situação semelhante a que ocorreu na cidade do Salvador no período estudado.

³⁶ Portarias de Recolhimento e Soltura, Departamento de Polícia Preventiva, Penitenciária, Secretaria de Segurança Pública, Seção Republicana, cx. 43, maço 3. APEB.

das à Casa de Correção até que chegasse o momento de serem enviadas para as Colônias Correcionais.³⁷

Muitas mulheres eram presas em grupo, às vezes por estarem em luta corporal entre elas. Mas poderiam ser presas simplesmente por estarem juntas em determinada localidade, com comportamentos reprováveis pela sociedade da época e considerados crime de desrespeito à moral pública.³⁸

Na documentação do Departamento de Polícia Preventiva, entre os anos 1927 e 1931, dos 218 documentos pesquisados, 47 eram relacionados a mulheres, sendo 14 Portarias de Recolhimento e 33 de Soltura. Dos Recolhimentos, 6 por crime de desordem, 4 por desrespeito à moral pública, 1 por desrespei-

³⁷ Em matéria de 20 de abril de 1920, p. 3, o *Jornal de Notícias* informou que o delegado Dr. Pedro de Azevedo Gordilho enviou o gatuno Affonso Pereira da Silva “para a Casa de Correção até que haja condução para levar o grande larapio para o [ilegível] Amazonas”. No referido Amazonas ficavam as colônias correcionais, criadas “para correção, pelo trabalho, dos vadios, vagabundos e capoeiras que forem encontrados, e como taes processados na capital federal” (Decreto n. 145, de 12 de julho de 1893, do Código Penal da República do Brasil). Na Bahia, o responsável pela criação de uma dessas colônias foi o chefe de polícia Dr. José Álvaro Cova, como consta em suas próprias palavras: “Sou advogado fervoroso da criação de uma colônia correcional, industrial e agrícola, para o aproveitamento das energias e possível regeneração do grande exército dos desocupados, vagabundos, desordeiros, contraventores, vigaristas, etc..., hospedes habituais dos xadrezes, dos postos policiais”. IGHBA: *Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão Governador do Estado pelo Bacharel José Álvaro Cova Secretário da Policia e Segurança Publica*. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1917. p. 48.

³⁸ Em 1917, o “Subdelegado do distrito da Rua do Passo intimou a maior parte das inquilinas do prédio n. 73 à rua Silva Jardim [Taboão] a mudarem-se até o fim do mez, visto terem máos precedentes registrados na policia, e actualmente continuam a proceder máo”. JORNAL DE NOTÍCIAS, 22 set. 1917. p. 2. Essa prática da polícia continuou nas décadas posteriores.

to à autoridade, 1 por gatunagem, 1 por espancamento e 1 estava ilegível, não podendo ser identificado.³⁹

O crime de desordem poderia envolver brigas, ameaças a mão armada, quebras de estabelecimentos, etc. Tudo isso transgredia a moral pública. Assim, muitos casos de desordem poderiam ser enquadrados como transgressão à moral pública e vice-versa. Mesmo não sabendo as razões das prisões daquelas mulheres que encontramos nas Portarias de Soltura, em número de 33, podemos considerar que a maior parte das autuações resultava de desordem. Foi o que aconteceu com Maria Moura, Maria Gomes, Odelina de tal, Esther e Carmem, presas por crime de desordem em 22 de julho de 1927 no distrito da Sé, onde se situava grande parte das zonas de prostituição da cidade.⁴⁰ Elas não ficaram pouco tempo na Casa de Correção ou foram presas várias vezes. Em 24 de janeiro de 1929, no mesmo distrito foi registrada a soltura de Esther Souza da Silva. Carmem Barbosa foi solta em 12 de maio de 1930, no distrito da Conceição da Praia. Temos aí algumas hipóteses: poderiam não ser as mesmas Esther e Carmem, presas juntas em julho de 1927, em companhia de três outras mulheres. Mas também poderiam sê-lo, embora o documento trate de outras prisões, principalmente no caso de Carmem, que indica o distrito da Conceição da Praia e não a Sé.⁴¹

As zonas indicadas como de prostituição eram também reinidentes nos casos de desordem e outras formas de contraven-

³⁹ Portarias de Recolhimento e Soltura, Departamento de Polícia Preventiva, Penitenciária, Secretaria de Segurança Pública, Seção Republicana, cx. 43, maço 3. APEB.

⁴⁰ BACELAR, Jéferson. *A família da prostituta*. São Paulo: Ática, 1982.

⁴¹ O documento cita apenas o nome, às vezes incompleto, a data, o crime e o distrito onde a prisão foi efetuada. Sobre as prisões de mulheres que destacamos na documentação, a maior parte foi realizada no distrito da Conceição da Praia.

ção, como conflitos que produziam lesões corporais e, às vezes, até homicídio em suas vítimas. Portanto, as casas de prostituição eram ambientes instigadores desses conflitos por várias razões, desde as mais fúteis, como bebedeira, até as mais qualificadas como a disputa de poder nas zonas.

Muitas mulheres eram proprietárias das casas e não escapariam às prisões quando das batidas policiais nas zonas. Um exemplo é Maria de Lourdes, sobre a qual encontramos duas Portarias de Soltura. Uma datada de 24 de janeiro de 1931 e outra de 17 de julho do mesmo ano, todas na Conceição da Praia. Nas zonas não só havia casas de prostituição, mas também residenciais; o que abre a possibilidade de muitas das “decahidas” e “vagabundas” presas nessas localidades não serem prostitutas, mas autuadas por outros crimes, como, por exemplo, lesões consequentes de conflitos, muitas vezes contra seus próprios companheiros.

No universo da capoeiragem, registra-se a presença de mulheres.⁴² Seriam Cattú e Chicão mulheres capoeiras? Infelizmente, não é possível tirar muitas conclusões. Ainda assim há um indicativo de prática de capoeiragem por parte de “simples mulheres” ao enfrentarem em luta corporal homens considerados valentes e desordeiros, como foi o caso do capoeira Pedro Porreta, “vítima” de Chicão, assim como soldados do regimento policial, “vítimas” de Cattú, ainda que fossem eles preparados para conter a desordem que ocorria nas ruas de Salvador.

Esses tipos de acontecimentos, ao tempo em que pontuam a existência de setores femininos no espaço público, ressaltam também formas de enfrentamento dos problemas cotidianos por parte das mulheres, com o uso da violência. Aquelas que utili-

⁴² Mestre Pastinha lembra de duas mulheres que se destacaram entre os valentes capoeiras do início do século XX: “Júlia Fogareira” e “Maria Homem”. PASTINHA, Mestre, *Capoeira Angola*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984. p.25.

zavam a navalha como arma eram imediatamente hostilizadas e vinculadas aos desordeiros (e capoeiras) e, como tal, deveriam passar pelo processo de criminalização. A história dessas mulheres não representa simplesmente um recorte de gênero na historiografia baiana e sim o reconhecimento de suas experiências como elemento agenciador do processo histórico⁴³.

A não identificação de mulheres capoeiras na documentação policial e jornalística não descarta a possibilidade de sua existência. Ao contrário, uma vez identificada sua presença no universo social da capoeiragem, a partir das referidas fontes, ficam reforçadas as informações deixadas pela tradição oral nos registros de memória, a exemplo das cantigas e dos manuscritos dos mestres capoeiras. Os capoeiras baianos do período estudado não são, como evidenciamos, facilmente identificados na documentação consultada, principalmente em se tratando das mulheres. Entretanto, ao encontrarmos em outras fontes os nomes e fatos que aparecem nos referidos registros, abriu-se a possibilidade de identificação desses capoeiras e suas tramas sociais. Portanto, o cotidiano da rua tornou-se o *locus* preferencial para a investigação e a consequente descoberta dos “esconderijos” dos agentes da capoeiragem.

Aspectos da vida de muitos capoeiras, lembrados ao menos por seus nomes ainda hoje, foram revelados a partir da observação dessas ruas. A vagabundagem, as zonas de prostituição, os sangrentos conflitos e os territórios socialmente demarcados, assim como a masculinização de comportamentos femininos, são elementos produzidos nas relações estabelecidas entre esses indivíduos no espaço público, tecendo assim o seu cotidiano. São

⁴³ Nos Estados Unidos, na década de 1970, houve grande mobilização de historadoras que reivindicavam uma releitura da historiografia para incluir a presença das mulheres. Sobre essa questão ver Scott (1992).

esses indícios sobre mulheres capoeiras na cidade da Bahia, nas primeiras décadas da República, carentes de investigação mais aprofundada.